



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

**TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO**

Processo nº 35000.001175/2019-37

Interessado: BANCO CETELEM S.A., PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE COMARCA DE PAU DOS FERROS, João de Deus Lima

1. O processo em epígrafe foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, em conformidade com o disposto na Portaria Conjunta nº 1 /DGPA/DTI/INSS, de 21 de outubro de 2019, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado.
2. Fica encerrada a tramitação do processo em suporte físico, sendo vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente por meio do SEI.
3. Para fins de registro, o processo originalmente em suporte físico era composto de:
  - 3.1. Folhas: 12
  - 3.2. Volumes: 1
  - 3.3. Mídias: 0
4. O processo eletrônico resultante da presente conversão ficou composto da seguinte forma:
  - 4.1. Volume de Processo: 1
  - 4.2. Apartado Sigiloso: 0
  - 4.3. Conteúdo de Mídia: 0
5. Unidade responsável pela conversão: DCBEN
6. O presente termo deverá ser impresso, numerado e inserido como última página no processo físico, o qual não poderá mais receber novos documentos.
7. A conclusão do procedimento de conversão se deu na data de assinatura do presente Termo.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 17/09/2020, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



[https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1723324** e o código CRC **F2123A7B**.

---

Referência: Processo nº 35000.001175/2019-37

SEI nº 1723324



Previdência Social  
SERVIÇO DE PROTOCOLO

35000.001175/2019-37



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
COMARCA DE PAU DOS FERROS  
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DE FAZENDA PÚBLICA  
*Av. Senador Dinarte Mariz n.º 570 – Pau dos Ferros/RN – Fone: (84) 3351-3975, e-mail: pfrjespcc@tjrj.jus.br*

Ofício nº 169/2019

Pau dos Ferros/RN, 13 de março de 2019.

*Processo n.º 0010285-60.2018.8.20.0108*  
*Promovente: JOAO DE DEUS LIMA*  
*Promovido: BANCO CETELEM S.A.*

Prezado(a) Senhor(a),

Venho, por meio deste, intimar Vossa Senhoria para tomar ciência da decisão proferida nos autos do processo supramencionado, tendo como parte promovente **JOAO DE DEUS LIMA CPF: 229.905.264-04**, benefício nº **147.322.718-3** e parte promovida BANCO CETELEM S.A., bem como para adotar as medidas administrativas que entender cabíveis afim de identificar eventuais falhas no sistema do banco demandado no que diz respeito à contratação de empréstimos consignados sem a observância das cautelas estabelecidas na Instrução Normativa do INSS n. 28/2008, conforme recomenda o art. 52. Segue anexa cópia da Sentença.

Sem mais para o momento, apresento protestos de estima e elevado apreço.

Atenciosamente,

  
**FLAVIO ROBERTO PESSOA DE MORAIS**  
*Juiz de Direito*

*A(o) Ilmo(a). Senhor(a)*  
*Diretor(a) da DIRETORIA DE BENEFÍCIOS - DIRBEN / INSS*  
*Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco O, 8º andar, Brasília/DF*  
*CEP 70070-946*  
*e-mail: dirben@inss.gov.br*  
*APS/PAU DOS FERROS - RN*



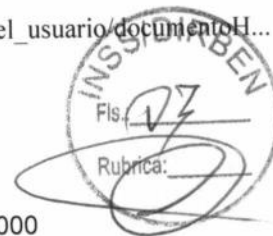
Assinado eletronicamente por: **ALEXY MARA FREITAS FILGUEIRA**  
<https://pje.tjrj.jus.br:443/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>



19031311012739600000039100245

ID do documento: 40418714





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
Juizado Especial Cível da Comarca de Pau dos Ferros/RN  
Av. Senador Dinarte Mariz, 570, São Benedito, PAU DOS FERROS - RN - CEP: 59900-000

Processo nº: 0010285-60.2018.8.20.0108

Ação: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

Autor: AUTOR: JOAO DE DEUS LIMA

Réu: RÉU: BANCO CETELEM S.A.

## SENTENÇA

### 1. RELATÓRIO

Vistos etc.

Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. Mas para uma boa compreensão, faz-se necessário trazer breve relato a respeito dos fatos.

A parte autora sustenta que é beneficiária do INSS, na modalidade de aposentadoria por tempo de contribuição (NB 147.322.718-3). Afirmar que tomou ciência da existência de descontos em seu benefício, motivo pelo qual foi até a agência da previdência social e quando verificou o extrato de seu benefício foi surpreendida com a existência de 06 (seis) empréstimos consignados, dos quais 02 (dois) partiam da instituição financeira demandada, quais sejam: a) contrato n.º 51-828674882/18, no valor de R\$ 9.771,79, em 72 parcelas de R\$ 273,00; b) contrato n.º 51-828719253-18, em 72 parcelas de R\$ 419,93. Afirmar serem os contratos fraudulentos.

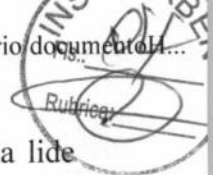
Em decisão de ID n.º 32072203 foi deferido o pedido de inversão do ônus da prova. No mesmo ato foi determinada a citação da demandada e a designação da audiência de conciliação, a qual resultou infrutífera. Em seguida a parte demandada apresentou contestação. A parte autora requereu o julgamento antecipado da lide.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO

#### 2.1 Das Preliminares

A demandada suscitou por ocasião da contestação, as preliminares de incompetência e de falta de interesse de agir.

Em que pese seja sabido que, a teor do art. 3º da Lei n.º 9.099/95, os juizados especiais cíveis detêm competência para processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, de modo que a realização de prova pericial acaba por afastar-se de sua alçada, no caso dos autos, conforme se verá no mérito, não foram juntados no tempo e modo determinado os documentos



contratuais necessários à realização da perícia grafotécnica, razão pela qual o julgamento da lide depende tão somente dos elementos já constantes dos autos e da distribuição do ônus da prova.

Por fim, a alegação de falta de interesse de agir, da maneira que encontra-se formulada, confunde-se integralmente com o mérito.

Dessarte, não merecem prosperar as preliminares suscitadas.

## 2.2 Do Mérito

Conforme consignado na petição inicial, a parte autora alega que nunca celebrou qualquer contrato com o banco demandado.

Ao despachar a inicial foi invertido o ônus da prova em favor da parte autora, por se tratar de relação de consumo. Como consequência, caberia ao banco demandado provar que os contratos ora questionados eram válidos.

Ocorre que o banco demandado ignorou a inversão do ônus da prova e durante toda instrução não desincumbiu de provar a regularidade dos contratos ora questionados. Oportuno consignar que houve inversão do ônus da prova no despacho inicial, mas não se cumpriu a determinação judicial. Registre-se que o banco tinha o dever legal de apresentar os contratos, sob pena de presunção de verdade dos fatos alegados, conforme autoriza os artigos 396, 399 e 400 do CPC, verbis:

*Art. 396. O juiz pode ordenar que a parte exiba documento ou coisa, que se ache em seu poder.*

*Art. 399. O juiz não admitirá a recusa:*

...

*II - o requerido tiver aludido ao documento ou à coisa, no processo, com o intuito de constituir prova;*

*III - o documento, por seu conteúdo, for comum às partes.*

*Art. 400. Ao decidir o pedido, o juiz admitirá como verdadeiros os fatos que, por meio do documento ou da coisa, a parte pretendia provar se:*

*I - o requerido não efetuar a exibição nem fizer nenhuma declaração no prazo do art. 398;*

*II - a recusa for havida por ilegítima.*

Sendo assim, não provada a celebração do contrato de empréstimo consignado, deve a parte demandada suportar os efeitos do ônus da prova:

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO LIMINAR. DIREITO DO CONSUMIDOR. BANCO. PENSIONISTA.

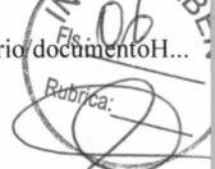
**EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTO AUTOMÁTICO NOS PROVENTOS. AUSÊNCIA DE CONTRATO. DESCONTOS INDEVIDOS. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA. TED NÃO APRESENTADO. ATO ILÍCITO EVIDENCIADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESTITUIÇÃO DETERMINADA. DANO MORAL CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE FATO MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NO ART. 373, II DO CPC. RECURSO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO(0010947-76.2017.8.20.0102, Rel. Gab. da Juíza Ana Carolina Maranhão de Melo, RECURSO INOMINADO, Primeira Turma Recursal, juntado em 03/09/2018).**

**EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. BANCO. RELAÇÃO DE CONSUMO. SEGURO NÃO CONTRATADO. DESCONTOS INDEVIDOS NOS PROVENTOS DO AUTOR. SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE O PLEITO AUTURAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIÇO NÃO CONTRATADO. CONTRATO NÃO APRESENTADO NOS AUTOS. DANO MORAL IN RE IPSA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE FATO MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NO ART. 373, II DO NCPC. RECURSO. PLEITO PARA MAJORAÇÃO DO VALOR FIXADO PARA REPARAR OS DANOS MORAIS SUPOSTOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. (0802258-67.2016.8.20.5106, Rel. Gab. da Juíza Ana Carolina Maranhão de Melo, RECURSO INOMINADO, Primeira Turma Recursal, juntado em 12/06/2017).**

Assinale-se que a decisão que inverteu o ônus da prova determinou que os contratos fossem juntados no prazo da defesa. Todavia, na oportunidade de sua contestação, o banco demandado pugnou pela concessão do prazo de 30 (trinta) dias para juntada de referidos contratos, tendo este juízo deferido parcialmente o pleito, conferindo o prazo de 15 (quinze) dias. Não obstante, decorrido o prazo, a parte demandada pugnou por nova dilação, alegando dificuldade na localização dos documentos, em função da instituição sediar-se em Estado diverso ao da propositura da ação.

Com efeito, descabe o deferimento de nova dilação, sob pena de eternização da demanda, já tendo transcorrido mais de 06 (seis) meses desde a apresentação da defesa, além de ser fato incontroverso que é responsabilidade da instituição financeira a guarda acessível de referidos documentos.

Dessa forma, com base nas razões acima e na Lei n. 10.820/2003, nos arts. 104, 166, IV e 169, todos do Código Civil e na Instrução Normativa do INSS n. 28/2008, é de rigor a declaração de nulidade dos contratos ora questionados.



## Da repetição do indébito

A parte autora pleiteia a condenação da parte ré na obrigação de pagar em dobro os valores descontados do seu benefício, com fundamento no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor.

O demandante faz jus à restituição dos valores relativos aos descontos do empréstimo objeto da demanda. A repetição em dobro, porém, carece de demonstração de má-fé do contratante, na esteira do entendimento do STJ:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONSUMIDOR. REPETIÇÃO DE INDÉBITO EM DOBRO. PROVA DE MÁ-FÉ DO CREDOR. NECESSIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83 DESTA CORTE. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. A repetição de indébito em dobro prevista no Código de Defesa do Consumidor não prescinde da prova de má-fé do credor. Incidência da Súmula 83/STJ. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ – Agravo regimental em recurso especial: AgRg no AREsp 225393 RJ 2012/0186878-9, Quarta Turma, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, DJ.: 23/04/2013, DP.: 07/05/2013).

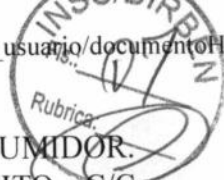
A má-fé da demandada não foi demonstrada, portanto, resta afastada a aplicação da devolução em dobro.

## Dos danos morais

No caso posto, o dever da demandada indenizar a parte autora repousa na prática de ato ilícito (art. 927 c/c art.186 do CC) consistente em realizar empréstimo consignado vinculado à aposentadoria do consumidor sem a observância das normas aplicáveis ao contrato em espécie, especialmente ao que dispõe a Instrução Normativa do INSS n. 28, de 16 de maio de 2008, amplamente demonstrado no início da fundamentação desta sentença.

A jurisprudência perfilha o entendimento no sentido da configuração do dano moral decorrente de empréstimo realizado de forma fraudulenta. Ilustrativamente, cito os seguintes precedentes:

DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. CABIMENTO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. INEXISTÊNCIA. DESCONTOS INDEVIDOS DA CONTA CORRENTE. VALOR FIXADO. MINORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Como a formalização do suposto contrato de empréstimo consignado em folha de pagamento não foi demonstrada, a realização de descontos mensais indevidos, sob o pretexto de que essas quantias seriam referentes às parcelas do valor emprestado, dá ensejo à condenação por dano moral. 2. Esta Corte Superior somente deve intervir para diminuir o valor arbitrado a título de danos morais quando se evidenciar manifesto excesso do quantum, o que não ocorre na espécie. Precedentes. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1238935/RN, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/04/2011, DJe 28/04/2011).



EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DESCONTOS INDEVIDOS EM APOSENTADORIA. FRAUDE NA CONTRATAÇÃO. ERRO GROSSEIRO NA ASSINATURA APOSTA NOS CONTRATOS. RUBRICA EM TOTAL DISPARIDADE COM A ASSINATURA CONSTANTE NA PÁGINA FINAL DO CONTRATO. EVENTO FRAUDE INCONTESTE. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. DANO MATERIAL E MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. DANO MORAL ARBITRADO EM R\$ 3.000.00. ATENDIMENTO AS DUAS FINALIDADES, COMPENSATÓRIA E PUNITIVA. AUTORA PESSOA IDOSA. PRIVAÇÃO DE RENDA DE CARATER ALIMENTAR. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO NOS TERMOS DO ESTATUTO DO IDOSO. (0807115-93.2015.8.20.5106, Rel. Gab. do Juiz Valdir Flávio Lobo Maia, RECURSO INOMINADO, Primeira Turma Recursal, juntado em 29/04/2016).

Com base nas circunstâncias supra e levando em consideração o ato ilícito praticado contra a parte autora consistente na realização de desconto indevido no benefício previdenciário de 1 (um) salário-mínimo, recurso mínimo para a subsistência do autor, o potencial econômico do ofensor (reconhecida instituição financeira), o caráter punitivo-compensatório da indenização e os parâmetros adotados em casos semelhantes pelos tribunais, concluo que o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) é justo e razoável, sendo suficiente para compensar a parte autora pelo dano efetivamente suportado, afastado o enriquecimento sem causa, bem como para desestimular que a parte requerida reitere na conduta ilícita.

Por fim, tendo em vista que a parte requerida não comprovou a contratação do serviço, torna-se totalmente prescindível envio de ofício para comprovar eventual TED em favor do consumidor. Isto porque os serviços e os produtos enviados sem a solicitação do consumidor são considerados amostra grátis, nos termos do artigo 39, parágrafo único, do CDC. Se a parte requerida forneceu um serviço sem solicitação do consumidor o fez por sua liberalidade, devendo sofrer o ônus por tal conduta abusiva. Assim, não há enriquecimento sem causa do consumidor caso lhe tenha sido enviado algum valor ou produto. Se houve de fato valor transferido em favor da parte autora, este foi considerado brinde.

### 3. DISPOSITIVO

*Diante do exposto, JULGO parcialmente PROCEDENTE* os pleitos autorais para o fim de, nos termos do art. 487, I, do CPC:

a) **DECLARAR** a nulidade dos contratos de empréstimo consignado de n. **51-828674882/18 e 51-828719253/18**, vinculados ao benefício previdenciário da parte demandante (NB 147.322.718-3);



b) **CONDENAR o BANCO CELETEM S.A (CNPJ N. 00.558.456/0001-71)**, a restituir na forma simples todos os valores que houver indevidamente descontados do benefício da parte autora (**NB 147.322.718-3**) relativos aos contratos ora declarados nulos (**contratos n. 51-828674882/18 e 51-828719253/18**), devendo tal quantia ser corrigida monetariamente pelo INPC a partir da data do efetivo prejuízo (súmula 43 - STJ) e acrescida de juros de 1% ao mês, a contar da citação;

c) **CONDENAR o BANCO CELETEM S.A (CNPJ N. 00.558.456/0001-71)**, a pagar à parte autora, a título de indenização por danos morais, o montante de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), acrescido de correção monetária pelo INPC, a contar desta data (súmula 362 - STJ) e de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a incidir desde a citação.

Oficie-se a Agência da Previdência Social do INSS desta Comarca DETERMINANDO a imediata exclusão de cobrança de parcelas consignadas no benefício da parte autora (**NB 147.322.718-3**) relativa aos contratos ora declarados nulos (contratos n. **51-828674882/18 e 51-828719253/18**), nos termos do art. 44, §1º, da Instrução Normativa do INSS n. 28/2008.

Determino que seja oficiada a Diretoria de Benefícios – DIRBEN do INSS, através do e-mail [dirben@inss.gov.br](mailto:dirben@inss.gov.br), para tomar ciência da presente sentença, adotando as medidas administrativas que entender cabíveis, conforme determina o art. 52 da Instrução Normativa do INSS n. 28/2008.

Sem custas, não sendo também cabível condenação em honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95.

Ficam as partes advertidas que, em caso de inexistir cumprimento voluntário da obrigação, eventual execução seguirá o rito previsto no art. 52 da Lei n. 9.099/95, sendo dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do dispositivo legal retromencionado.

Fica a parte vencedora ciente de que, transitada em julgado a presente decisão, deverá requerer sua execução em trinta dias. Após 30 (trinta) dias do trânsito em julgado sem manifestação da parte autora, archive-se, com baixa.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Após trânsito em julgado, arquivem-se, com baixa na distribuição.

Pau dos Ferros/RN, 14 de janeiro de 2019



**FLAVIO ROBERTO PESSOA DE MORAIS**  
**Juiz de Direito**



Assinado eletronicamente por: **FLAVIO ROBERTO PESSOA DE MORAIS**  
<https://pje.tjrj.jus.br:443/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>  
ID do documento: **36903964**



19011416221803200000035685967



## Relação Detalhada de Créditos

09/03/2018 10:16:10

Página: 9

NB: 1473227183 - JOAO DE DEUS LIMA

Espécie: 42 - APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUICAO

APS: 18021070 - AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL PAU DOS FERROS

Data de Início do Benefício (DIB): 01/07/2009

Data de Cessação do Benefício (DCB):

Data de Início do Pagamento (DIP): 01/04/2013

MR: R\$ 3471,55

Compet	Período	Valor Líquido	Meio Pagto	Status	Dt. Pagto	Inval	Isento IR
01/2018	01/01/2018 a 31/01/2018	R\$ 3306,00	CMG	Pago	05/02/2018	Não	Não

Banco: 1 - BB OP: 96359 - PAU DOS FERROS,RN Ocorrência: Pagamento Efetivado  
Data Cálculo: 10/01/2018 Origem: Maciça Validade Início: 05/02/2018 Fim: 29/03/2018

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	3471,55
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO	0,38
201	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	165,93
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE	1,05

Compet	Período	Valor Líquido	Meio Pagto	Status	Dt. Pagto	Inval	Isento IR
02/2018	01/02/2018 a 28/02/2018	R\$ 3032,00	CMG	Pago	05/03/2018	Não	Não

Banco: 1 - BB OP: 96359 - PAU DOS FERROS,RN Ocorrência: Pagamento Efetivado  
Data Cálculo: 10/02/2018 Origem: Maciça Validade Início: 05/03/2018 Fim: 30/04/2018

Código	Descrição Rubrica	Valor
101	VALOR TOTAL DE MR DO PERIODO	3471,55
137	ADIANTAMENTO P/ARREDONDAMENTO DO	0,37
201	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE	165,93
216	CONSIGNACAO EMPRESTIMO BANCARIO	273,99
316	SALDO DEVEDOR ARREDONDAMENTO DE	1,42



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



**DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS – 01.500.502, em 20/05/2019.**

**Ref.:** Ofício nº 169/2019 do Juizado Especial Cível da Comarca de Pau dos Ferros – Poder Judiciário do Rio Grande do Norte.

**Instituição Financeira:** Banco CETELEM S.A.

**Assunto:** Processo Administrativo para apuração de irregularidades em empréstimos consignados.

1. Trata-se de Ofício emitido pelo Juizado Especial Cível da Comarca de Pau dos Ferros – RN solicitando a adoção de medidas para identificar eventuais falhas do Banco CETELEM S.A. na contratação de empréstimos consignados.
2. Preliminarmente, remeta-se ao protocolo (01.300-417) para abertura do processo, com posterior devolução a esta Divisão de Consignações em Benefícios (01.500.502).

**KARINA VIANA DE FREITAS**  
Divisão de Consignações em Benefícios – DCONB

# Consulta de Empréstimo Consignado



## Consulta de Empréstimos

Os campos precedidos com asterisco(\*) são de preenchimento obrigatório

1 - Exija sempre a sua via do contrato de empréstimo pessoal e/ou cartão de crédito.

2 - Para contratar crédito compareça a agência da Instituição Financeira conveniada, não aceite a abordagem de terceiros ou por telefone.

### Informações do benefício

Número do benefício: 1473227183

Nome do segurado: JOAO DE DEUS LIMA

Espécie: 42-APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUICAO

Pagamento através de: CARTÃO MAGNÉTICO

Situação do benefício: ATIVO

Possui representante legal / procurador?: NÃO

É pensão alimentícia?: NÃO

Bloqueado para empréstimo?: SIM

Valor da MR: R\$ 3.590,62 Valor referente ao pagamento da competência 06/2019

Base de cálculo da margem consignável: R\$ 3.406,83

Margem atual disponível para empréstimo: R\$ 1.022,04 30,0 %

Margem atual disponível para cartão: R\$ 170,34 5,0 %

### Empréstimos Bancários

Contrato	Banco	Ini. Contrato	Ini. Desconto	Fim Desconto	Dt. Inclusão	Dt. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	Vi. Empréstado	Vi. Parcela	Parcela/Total
580018364 - ( Empréstimo por Consignação )	029 - ITAU CONSIGNADO	07/05/2018	04/2018	2018/03	09/03/2018	14/03/2018	Excluído	SIM	SIM	R\$ 15.000,00	R\$ 424,80	01 / 72
137664293 - ( Empréstimo por Consignação )	955 - OLE CONSIGNADO	08/03/2018	04/2018	2018/02	08/03/2018	09/03/2018	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 13.487,59	R\$ 385,70	01 / 72
137218064 - ( Empréstimo por Consignação )	955 - OLE CONSIGNADO	23/02/2018	03/2018	2018/02	25/02/2018	07/03/2018	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 15.000,00	R\$ 423,68	01 / 72
51-828719253/18 - ( Empréstimo por Consignação )	739 - BANCO CETELEM	05/02/2018	03/2018	2018/02	08/02/2018	15/02/2018	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 15.000,00	R\$ 419,93	01 / 72
51-828674882/18 - ( Empréstimo por Consignação )	739 - BANCO CETELEM	02/02/2018	02/2018	2018/02	03/02/2018	09/03/2018	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 9.971,79	R\$ 273,99	01 / 72
307565777-9 - ( Empréstimo por Consignação )	623 - PAN	31/08/2015	09/2015	2015/08	01/09/2015	03/09/2015	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 7.000,00	R\$ 198,31	01 / 72

### Reserva de Margem para Cartão de Crédito

Não há casos para este benefício.

### Descontos de Cartão de Crédito

Não há casos para este benefício.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios  
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários  
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios  
Divisão De Consignações em Benefícios

**DESPACHO**

**Divisão De Consignações em Benefícios, na data da assinatura eletrônica.**

**Ref.:** Processo nº 35000.001175/2019-37.

**Int.:** BANCO CETELEM S.A. - CNPJ n.º 00.558.456/0001-71.

**A s s .:** Apuração de irregularidades -  
Processo SEI/INSS n.º 35014.439622/2021-92.

1. Visto.

2. De ordem do Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários (CGPGSP), Sr. Sérgio Cheque Bernardo, procedeu-se a unificação dos processos em trâmite e no Bloco Interno do SEI/INSS desta DCBEN para fins de apuração administrativa de possíveis irregularidades cometidas pelo Banco Cetelem S.A. no Processo Principal SEI/INSS n.º 35014.439622/2021-92, **conclui-se** o presente processo no estado em que se encontra dada a anexação ao Processo Principal, sem prejuízo do andamento do referido processo apuratório, à luz dos normativos em vigor que regem a operacionalização de empréstimos consignados de beneficiários do RGPS.

*assinado eletronicamente*

**MÁRCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS**

Técnico do Seguro Social

Servidor colaborando na Divisão de Consignações em Benefícios

*assinado eletronicamente*

**JUCIMAR FONSECA DA SILVA**

Chefe da Divisão de Consignações em Benefícios

DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS, Técnico do Seguro Social**, em 01/12/2021, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.inss.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5735873** e o código CRC **89F8A9E9**.

**Referência:** Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35000.001175/2019-37

SEI nº 5735873